



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR N. 11/2025

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições institucionais, conta com o suporte técnico-operacional de diversos setores especializados. Tais setores, por meio dos respectivos **Documentos de Formalização da Demanda – DFD**, apontaram necessidades específicas para o biênio subsequente, em alinhamento com as diretrizes do **Plano Anual de Contratações – PAC 2025 e 2026**.

As demandas apresentadas evidenciam a necessidade de instituição de **Registro de Preços** para o fornecimento contínuo, preventivo e corretivo de materiais permanentes e de consumo essenciais ao funcionamento da Coordenadoria Militar, abrangendo os seguintes eixos de atuação:

- **Supervisão operacional das unidades de segurança**, incluindo controle de acessos, monitoramento eletrônico por sistemas de videoproteção e integração com as forças de segurança no âmbito do Poder Judiciário;
- **Guarda, controle, registro e manutenção do armamento institucional**, sob responsabilidade direta da Gerência de Material Bélico e demais setores da Coordenadoria Militar;
- **Produção e disseminação de informações de segurança**, além do apoio em campanhas educativas e orientativas relacionadas à segurança institucional.

O objeto da licitação consiste na seleção das propostas de **menor preço**, mediante **Pregão Eletrônico**, com adoção do **Sistema de Registro de Preços**, conforme o inciso II do art. 2º da **Lei nº 14.133/2021**, o **Decreto nº 10.024/2020** e demais normas aplicáveis.

A contratação revela-se **necessária, oportuna e estratégica**, uma vez que assegura a continuidade dos serviços, a padronização dos materiais empregados e a eficiência das ações institucionais relacionadas à segurança do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, contribuindo diretamente para a adequada execução das atividades finalísticas da Coordenadoria Militar.



2. PARTES INTERESSADAS / PÚBLICO-ALVO:

São partes interessadas todos os **magistrados, autoridades, colaboradores, servidores e serventuários** no âmbito dos prédios do Poder Judiciário de Mato Grosso.

3. ALINHAMENTO ENTRE A NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PJMT

Consoantes aos macros desafios descritos no Plano de Gestão 2021/2026 do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, o alinhamento entre a necessidade da contratação e o planejamento estratégico se dará por meio da promoção da sustentabilidade e pelo aperfeiçoamento da gestão administrativa e a segurança Institucional do Poder Judiciário de Mato Grosso.

O projeto cumpre com a **Resolução nº 435/2021 do Conselho Nacional de Justiça em seu Artigo 14.**

Contudo, a Coordenadoria Militar visa com a contratação, contemplar as Unidades Judiciárias, no diz respeito à segurança institucional orgânica.

4. IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS INTERCORRÊNCIAS HAVIDAS NA CONTRATAÇÃO ANTERIOR

Não foram registradas intercorrências técnicas, operacionais ou contratuais em aquisições anteriores similares.

5. DO LOCAL DA ENTREGA

As entregas da presente contratação será:

Lotes 01, 02 e 03: A entrega deverá **ocorrer na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, na Coordenadoria Militar – CMIL**, localizada na Av. Rubens de Mendonça, s/n – Centro Político Administrativo – Cuiabá/MT – CEP 78.055-970. O recebimento será realizado em dia e horário a ser indicado pela Contratada, mediante agendamento prévio com antecedência mínima de 48



(quarenta e oito) horas, pelos telefones (65) 3617-3653 / 3617-3366, conforme orientação do fiscal do contrato.

Lotes 04, 05, 06 e 07: A entrega deverá ocorrer no situado na Rua Doutor Hélio Ponce de Arruda, s/n, Centro Político Administrativo (anexo ao Complexo dos Juizados Especiais de Cuiabá) – Cuiabá/MT, CEP 78.049-947. Como ponto de referência, trata-se da rua entre as empresas Todimo e Rodoviários Goiás. O recebimento seguirá a indicação e orientação do fiscal do contrato.

6. DA INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Do levantamento mercadológico realizado, constatou-se a existência de diversas empresas habilitadas no fornecimento de materiais de comunicação, sinalização e bélico, evidenciando a pluralidade de fornecedores e a ampla competitividade do setor, o que mitiga riscos de frustração da licitação.

No processo de análise de alternativas, também foi avaliada a hipótese de **aluguel/locação dos equipamentos e materiais** como possível solução. Todavia, tal modalidade se revelou **incompatível com o interesse público e antieconômica**, uma vez que:

a) Os bens possuem natureza **permanente e estratégica**, com **uso contínuo e essencial** à segurança institucional, o que tornaria a locação financeiramente onerosa em médio e longo prazo;

b) A modalidade de aluguel restringiria a **autonomia de gestão patrimonial**, sujeitando a Administração a condições contratuais privadas, prazos e possíveis discontinuidades;

c) A aquisição definitiva assegura a **incorporação ao patrimônio público**, viabilizando controle, manutenção preventiva e corretiva interna, além de prolongar a vida útil dos bens, em conformidade com os princípios da **eficiência administrativa e da economicidade**;

d) A locação não se revela proporcional nem vantajosa frente ao dever de garantir a **disponibilidade imediata e ininterrupta** de materiais imprescindíveis à salvaguarda de magistrados, servidores e jurisdicionados.

Diante das especificações constantes nos Documentos de Formalização de Demanda – DFDs, conclui-se que a solução mais adequada, sob os aspectos **técnico, jurídico e econômico**, é a realização de **Pregão Eletrônico na forma do Sistema de Registro de Preços (SRP)**, fundamentado



no art. 28, II, da Lei nº 14.133/2021, por atender plenamente aos princípios da **isonomia, transparência, celeridade, economicidade, vantajosidade e supremacia do interesse público**.

A adoção do SRP é juridicamente recomendável e tecnicamente vantajosa pelos seguintes fundamentos:

- I. Natureza rotineira e recorrente** das aquisições, a serem efetivadas de forma parcelada e conforme necessidade real das unidades demandantes;
- II. Diversidade e caráter estratégico dos itens**, muitos dos quais demandam reposição imediata para assegurar a continuidade dos serviços de segurança;
- III. Flexibilidade e eficiência do SRP**, permitindo contratações sob demanda, sem a obrigatoriedade de empenho imediato da totalidade dos valores, em consonância com o princípio da **sustentabilidade fiscal e orçamentária**;
- IV. Compatibilidade com os princípios da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)**, notadamente os da eficiência, planejamento, transparência, proporcionalidade e vantajosidade;
- V. Maior competitividade e publicidade** inerentes ao Pregão Eletrônico, ampliando a participação de fornecedores e assegurando propostas economicamente mais vantajosas.

Portanto, a contratação pelo **Pregão Eletrônico, sob a sistemática do Registro de Preços**, revela-se a solução **juridicamente adequada, tecnicamente recomendável e economicamente mais eficiente**, garantindo a **continuidade e a qualidade dos serviços prestados pela Coordenadoria Militar**, bem como a observância dos princípios constitucionais e infraconstitucionais que regem a Administração Pública.

7. DA NATUREZA DO OBJETO

A aquisição dos **Itens diversos para atender a demanda da Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso**, são classificados como **bens comuns**, conforme inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos mediante especificações reconhecidas e usuais de mercado em conformidade com art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.



No mesmo sentido, verificasse que o valor estimado da presente aquisição está dentro dos parâmetros determinados no art. 75, II da lei 14.133 de 2021.

8. DAS NORMAS QUE REGULAMENTAM A CONTRATAÇÃO

Para a presente contratação, foram observados os seguintes normativos:

- Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Decreto nº 10.024/2020 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns;
- Decreto nº 8.538/2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras;
- Lei Complementar nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- Resolução nº 347/2000-CNJ - Dispõe sobre a política de Governança das Contratações Pública;
- Resolução nº 400/2021-CNJ - Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário;
- Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU – 6ª ed. (<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>);
- Plano de Logística Sustentável TJMT 2021-2026 (disponível em: <https://tjmt.jus.br>);
- Portaria TJMT/PRES nº 1.135/2022 - Comissão Permanente de Recebimento de Materiais do Tribunal de Justiça de Mato Grosso;
- Portaria TJMT/PRES nº 355/2023-C.ADM – Atualiza o Marco Regulatório que estabelece normas gerais sobre a administração do patrimônio - bens móveis e imóveis - do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;
- Resolução nº 435/2021 - Dispõe sobre a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário e dá outras providências.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO
Gabinete da Presidência
Coordenadoria Militar



9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de **empresas especializadas** para **fornecimento de itens diversos**, subsidiando a manutenção dos serviços prestados pela CMIL na sede do TJMT e nas Comarcas.

10. ESTIMATIVAS DA QUANTIDADE PARA CONTRATAÇÃO

A estimativa da contratação para os itens/objetos pretendidos pela **Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso** contempla a aquisição de equipamentos e materiais **permanentes e de consumo** que **serão disponibilizados às unidades judiciárias conforme apresentado no anexo II** (Documento de Formalização de Demanda – DFD) organizados em lotes, conforme discriminado a seguir.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADE PARA CONTRATAÇÃO				
LOTE 01				
ÍTEM	CÓDIGO APLIC	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
01	175489-0	Câmera Sony ZV-E10 Mark2	UNIDADE	02
02	00069727	Estabilizador Gimbal Dji Rs3 Mini	UNIDADE	02
03	440924-8	Lente Sigma 20mm F/1.4 Dc Dn Contemporary	UNIDADE	02
04	00085063	Microfone lapela LARK M2s	UNIDADE	02
05	00079104	Cartão SD scan disk extreme V90 128 GB	UNIDADE	02
TOTAL DE ITENS				10

Fonte: Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADE PARA CONTRATAÇÃO				
LOTE 02				
ÍTEM	CÓDIGO APLIC	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
01	148945-3	Fone Protetor de Ouvido Eletrônico Antirruído	UNIDADE	30
02	138666-2	Algema aço carbono	UNIDADE	100
03	184334-6	Algema de plástico punho duplo	UNIDADE	1000
04	245796-2	Kit de limpeza de Armas Curtas	UNIDADE	50



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO
Gabinete da Presidência
Coordenadoria Militar



05	245797-0	Kit de limpeza de Armas longas	UNIDADE	10
TOTAL DE ITENS				1190

Fonte: Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADE PARA CONTRATAÇÃO				
LOTE 03				
ÍTEM	CÓDIGO APLIC	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
01	000900373	Case Bau 120X60X60CM com rodas e Suporte de Empilhamento	UNIDADE	04
TOTAL DE ITENS				04

Fonte: Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADE PARA CONTRATAÇÃO				
LOTE 04				
ÍTEM	CÓDIGO APLIC	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
01	00059571	Pedestal organizador de fila cromado	UNIDADE	200
02	00059571	Pedestal organizador de fila em aço	UNIDADE	60
TOTAL DE ITENS				260

Fonte: Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADE PARA CONTRATAÇÃO				
LOTE 05				
ÍTEM	CÓDIGO APLIC	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
01	377247-0	Cone de sinalização flexível	UNIDADE	300
TOTAL DE ITENS				300

Fonte: Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça

ESTIMATIVA DE QUANTIDADE PARA CONTRATAÇÃO				
LOTE 06				
ÍTEM	CÓDIGO APLIC	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
01	00056389	Barreira de sinalização removível	UNIDADE	100
TOTAL DE ITENS				100

Fonte: Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça



ESTIMATIVA DE QUANTIDADE PARA CONTRATAÇÃO				
LOTE 07				
ÍTEM	CÓDIGO APLIC	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
01	00034923	Balizador Luminoso - Cônico com base	UNIDADE	200
TOTAL DE ITENS				200

11. DA DIVISÃO ENTRE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTE

Informo que a presente aquisição será distribuída entre **Consumo** e **Permanente** da seguinte maneira:

Consumo: Lotes 02, 04, 05, 06 e 07.

Permanente: Lotes 01 e 03.

12. DA DIVISÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETOS POR GRAU

O custo estimado da solução é de **R\$ 285.699,37** (duzentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos), sendo o valor estimado para o **1º Grau** de **R\$ 69.171,38** (sessenta e nove mil, cento e setenta e um reais e trinta e oito centavos). No mesmo sentido, o valor estimado para o **2º Grau** é de **R\$ 216.527,37** (duzentos e dezesseis mil, quinhentos e vinte e sete reais e trinta e sete centavos).

13. DA DIVISÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS OBJETOS POR GRAU

A presente aquisição será distribuída conforme a seguir:

- **Lote 01:** integralmente destinado ao 2º Grau;
- **Lote 02:** integralmente destinado ao 2º Grau;
- **Lote 03:** integralmente destinado ao 2º Grau;
- **Lote 04:** integralmente destinado ao 2º Grau;
- **Lote 05:**
 - **Cones de sinalização:** 90 (noventa) unidades para o 2º Grau e 210 (duzentas e dez) unidades para o 1º Grau;



- **Lote 06:**
 - **Barreiras de sinalização removíveis:** 30 (trinta) unidades para o 2º Grau e 70 (setenta) unidades para o 1º Grau;
- **Lote 07:**
 - **Balizadores luminosos cônicos:** 60 (sessenta) unidades para o 2º Grau e 140 (cento e quarenta) unidades para o 1º Grau.

Dessa forma, assegura-se a adequada distribuição dos materiais conforme as demandas apresentadas por cada grau de jurisdição, atendendo aos critérios de proporcionalidade, eficiência e controle, conforme indicado pelo Conselho Nacional de Justiça e Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

14. DISTRIBUIÇÃO DA AQUISIÇÃO

Conforme indicado pela área demandante, a presente aquisição será destinada à **sede do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso** e às **unidades judiciárias de 1º grau** do Poder Judiciário.

Dessa forma, a aquisição contemplará tanto o **1º Grau** quanto o **2º Grau** de jurisdição do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

15. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizada pesquisa de preços com o intuito de identificar as soluções existentes no mercado e que atendessem aos requisitos estabelecidos, para tanto, levou-se em conta aspectos relativos a economicidade, eficácia, eficiência e padronização, sustentabilidade e qualidade.

O resultado confirma a possibilidade de pleno atendimento à demanda de contratação identificada para o PJMT, de modo a alcançar os resultados pretendidos.

Para este trabalho, foram adotadas as seguintes fontes:

- Licitações e contratações anteriores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;
- Resolução nº 400/2021 – CNJ;
- Contratações e aquisições similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública no último ano (2023/2024).



A partir desse levantamento, foi possível inferir que o mercado voltado ao fornecimento de **equipamentos de produção de imagem e áudio** (câmeras, lentes, microfones, estabilizadores, baterias e cartões de memória), **equipamentos de proteção e armamento** (fones eletrônicos, algemas e kits de limpeza de armas), **acessórios de transporte e armazenamento** (cases), **ferramentas para manutenção de sistemas de CFTV** e **itens de organização e sinalização** (pedestais, cones, barreiras e balizadores) é **amplo e diversificado**.

Existe toda uma gama de empresas e objetos passíveis de contratação por parte da Administração, conforme pesquisa efetuada, não se percebe grande potencial de frustrar a presente contratação, uma vez que vários fornecedores têm capacidade de atendimento às suas previsões.

16. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado da solução é de **R\$ 285.699,37 (duzentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos)**.

17. DO PARCELAMENTO DA ENTREGA

A entrega **será parcelada**, por se tratar de uma Ata de Registro de Preços.

18. DO NÃO PARCELAMENTO DAS SOLUÇÕES

A presente contratação foi estruturada em **lotes distintos**, conforme a natureza e a finalidade dos materiais a serem adquiridos. Entretanto, **não se recomenda o parcelamento interno de cada lote**, uma vez que os itens que os compõem possuem **características técnicas e operacionais interdependentes**, cuja aquisição conjunta assegura a padronização, a compatibilidade e a uniformidade de uso no âmbito da Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Lote 01 – Equipamentos de Produção de Imagem e Áudio: Não se recomenda o parcelamento deste lote, uma vez que as câmeras, lentes, microfones, estabilizadores e cartões de memória integram um mesmo sistema de captação e produção audiovisual, devendo apresentar **compatibilidade técnica e uniformidade de marca e padrão**. A contratação de um único fornecedor



assegura **melhor integração operacional**, além de **simplificar a garantia, a assistência técnica e o controle de qualidade**.

Lote 02 – Equipamentos de Proteção e Armamento: Os fones eletrônicos, algemas e kits de limpeza de armas possuem **características padronizadas de uso e aplicação operacional**. O fornecimento por um único fornecedor garante **uniformidade técnica e padronização do material bélico**, além de facilitar o **controle logístico e o treinamento dos usuários**, sendo, portanto, tecnicamente inadequado o fracionamento deste lote.

Lote 03 – Acessórios de Transporte e Armazenamento (Cases): O parcelamento não é recomendável, pois os cases de transporte possuem dimensões e especificações padronizadas, devendo manter **uniformidade estrutural e estética** para atender ao padrão visual e de armazenamento adotado pela Coordenadoria Militar. A aquisição conjunta otimiza o controle patrimonial e facilita a reposição futura.

Lote 04 – Itens de Organização (Pedestais Organizadores de Fila): Os pedestais, em suas variações de acabamento (aço e cromado), têm **finalidade idêntica e uso conjunto** em ambientes institucionais. A contratação por lote único garante **padronização visual, resistência equivalente e coerência estética**, além de simplificar a logística de distribuição e instalação nos ambientes do Poder Judiciário.

Lote 05, 06 e 07 – Itens de Sinalização (Cones, Barreiras e Balizadores): Os materiais de sinalização são **complementares e integrados entre si**, sendo utilizados de forma combinada em ações de isolamento, controle de acesso e organização de fluxos. Assim, o fornecimento conjunto é essencial para assegurar **compatibilidade física e visual entre os itens**, além de garantir **padronização e uniformidade de aplicação** nas unidades judiciárias.

Em síntese, o **parcelamento interno de cada lote não é tecnicamente recomendável**, pois poderia comprometer a uniformidade de padrões, dificultar o gerenciamento contratual e aumentar o risco de incompatibilidade entre os itens. Assim, a contratação deverá ocorrer **por lote completo**, observando os princípios da **eficiência, economicidade, vantajosidade e padronização**, conforme disposto na **Lei nº 14.133/2021**.

19. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente contratação é autônoma e **não depende de contratações correlatas ou interdependentes** para alcançar os resultados pretendidos. Os equipamentos de produção de imagem



e áudio, destinados ao suporte na divulgação de conteúdos de segurança elaborados pela Coordenadoria Militar, os equipamentos de proteção e armamento, os acessórios de transporte e armazenamento, as ferramentas para manutenção e instalação de câmeras e acessórios de CFTV, bem como os itens de organização e sinalização, podem ser adquiridos e utilizados de forma independente, não exigindo a realização de outras licitações para o seu pleno funcionamento.

A eventual necessidade de integração desses materiais com sistemas já existentes será atendida pela própria Coordenadoria Militar, que dispõe de estrutura técnica para instalação, configuração e manutenção preventiva ou corretiva. Assim, a contratação proposta contempla todos os elementos necessários ao uso imediato dos bens, garantindo sua efetividade e alinhamento às demandas institucionais.

20. RESULTADOS PRETENDIDOS

A aquisição dos **equipamentos de produção de imagem e áudio** (câmeras, lentes, microfones, estabilizadores, baterias e cartões de memória), dos **equipamentos de proteção e armamento** (fones eletrônicos, algemas e kits de limpeza de armas), dos **acessórios de transporte e armazenamento** (cases) e dos **itens de organização e sinalização** (pedestais, cones, barreiras e balizadores) permitirá ao **Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso** dispor de recursos modernos e adequados ao desempenho de suas funções institucionais.

Em especial, os **equipamentos de áudio e vídeo** darão suporte à **produção e divulgação de conteúdos de segurança** elaborados pela Coordenadoria Militar, fortalecendo a comunicação institucional e promovendo **campanhas educativas voltadas à proteção do patrimônio e das pessoas**.

Por fim, os **itens de organização e sinalização** possibilitarão melhor ordenamento do fluxo de pessoas em ambientes internos e externos, promovendo **segurança em eventos e nas rotinas das unidades judiciárias**.

Em conjunto, os resultados esperados reforçam a **proteção de pessoas e do patrimônio**, ampliam a **eficiência operacional** e consolidam a **integração entre tecnologia, infraestrutura e gestão** no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.



21. DA MODALIDADE SUGERIDA PARA CONTRATAÇÃO

Quanto à escolha da modalidade, tendo em vista que os **equipamentos de produção de imagem e áudio** (câmeras, lentes, microfones, estabilizadores, baterias e cartões de memória), **equipamentos de proteção e armamento** (fones eletrônicos, algemas e kits de limpeza de armas), **acessórios de transporte e armazenamento** (cases) e **itens de organização e sinalização** (pedestais, cones, barreiras e balizadores) a serem adquiridas enquadram-se em bens comuns, sugerimos a Administração utilizar o **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO**, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

Por se tratar de aquisição de **equipamentos** com necessidade de contratações frequentes, haja vista que o Poder Judiciário está em contínuo desenvolvimento e ampliações, diante disso, sendo necessário ter a possibilidade de previsão de entregas parceladas conforme as demandas surgidas no âmbito do TJMT e que, pela natureza do objeto, não é possível definir exatamente seu quantitativo, observa-se que o uso do **Sistema de Registro de Preços - SRP** para essas compras é o mais utilizado pela Administração Pública.

A área demandante manifesta que o cenário ideal de aquisição é em sua totalidade, contudo devido à necessidade de divisão da aquisição por demanda orçamentário-financeira, a área sugere a aquisição em duas etapas.

O referido SRP se mostra vantajoso por ser um banco de dados contendo o cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante prévio processo de licitação, para eventual e futura contratação de bens e serviços por parte da Administração.

Os fornecedores se comprometem a manter, durante o prazo de validade do registro, o preço registrado e a disponibilidade do produto, nos quantitativos máximos licitados.

O grande diferencial dessa modalidade é que a Administração Pública não é obrigada a contratar, adquirindo bens ou serviços registrados, ou seja, as compras somente ocorrerão se houver interesse do TJMT, mediante o surgimento das demandas.

Assim sendo, entende-se que por se tratar de aquisição comum a solução que melhor atende aos interesses e necessidades do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso é a realização de procedimento licitatório para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento menor preço, com fulcro na Lei 14.133/2021 e o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.



22. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os materiais especificados quando tiverem o seu ciclo de vida útil finalizado serão descartados de maneira correta e sustentável pelo setor competente do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

23. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Percebe-se, em toda contratação, alguns acontecimentos incertos que podem vir a impactar negativamente o projeto. O intuito do gerenciamento de riscos é o de minimizar os riscos e incertezas sobre a contratação, maximizando as oportunidades. Os riscos analisados na presente aquisição estão descritos no mapa de riscos no **Anexo I deste ETP**.

24. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Com base no exposto acima, a Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Cuiabá-MT, 09 de fevereiro de 2026.

Caroline **Bianca** de Almeida Vieira Chirolí – **TEN CEL PM**
Assessora Militar do Tribunal de Justiça
Matrícula TJMT n. **43.367**

Elaborado: João **Kleber** Padilha da Silva – **CB PM**
Assessoria Militar de Planejamento em Aquisições - AMPA
Matrícula TJMT n. **39.013**